

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Diário Popular (S.P.) Class.: 12

Data 1 de novembro de 1981 Pg.: _____

Antropóloga acusa modelo educacional de estar destruindo cultura indígena

Texto de Yeda Souza Santos

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO

Chega um dia na vida do indígena brasileiro, em que ele "pede" para ser alfabetizado. O fato vai depender exclusivamente da maior ou menor intensidade com que se relaciona com o grupo de homens brancos que reside próximo de sua aldeia. Mas se pedir escolaridade, o fará obedecendo a todos os quesitos atribuídos à escola, segundo o homem branco. Sendo assim, a sala de aula deverá contar com disposição regular de carteiras, lousa pendurada na parede, com giz, e sino que o avise sobre o horário de início da aula.

Isso acontece aos já habituados a formação oferecida pelos postos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), desde 1967, cujo programa oficial de alfabetização é o mesmo que o fornecido às escolas públicas, pelo Ministério da Educação e Cultura. Nesses postos, onde aprenderá a ler, escrever e fazer as quatro operações, "o índio vai gradativamente perdendo sua educação tradicional", diz a antropóloga Aracy Lopes da Silva, da USP, que elaborou o terceiro volume do Caderno da Comissão Pró-Índio, intitulado "A Questão da Educação Indígena", a ser publicado no começo de novembro, pela Editora Brasiliense.

"Os postos pecam pela má formação antropológica dos professores, que ali não encontram qualquer dificuldade de ingresso ao cargo. Precisam apenas comprovar escolaridade de segundo grau e muitas vezes nem isso. E o indígena, também pela falta de estruturação do programa, não conta com abordagem específica da educação vivenciada em seu próprio grupo".

"INSTINTO DE DEFESA"

Na realidade, o indígena procura se alfabetizar, para "defender-se" diz a antropóloga, "pois esta seria a forma mais viável de tentar resolver seus problemas de posse de terras". A educação formal concorre com a tradicional do índio, na medida em que substitui essa tradição e cria novos padrões de comportamento. Tal forma de educar, segundo ela, "coloniza mais, a medida que menos se caracteriza como instrumento dos interesses e expectativas desses povos".

A alfabetização indígena é adquirida por três caminhos bem definidos: "por missões religiosas, por escolas oficiais e pelo contato direto com a sociedade". Os Salesianos, no Alto Rio Negro, são um exemplo de educação por missões religiosas. Eles "acabaram condenados pelo Tribunal Russel, no ano passado", a mudarem seu método educacional, por outro mais de acordo com as aspirações indígenas. Ali, em sistema de internato, meninos e meninas eram separados por setores, tal como entende a Ordem Religiosa, deva ser ministrada a educação. "Durante o período que passava no internato, explica Aracy Lopes, o indígena ia perdendo cada vez mais um sistema de socialização já aprendido".

Mas se não aos Salesianos, os grupos indígenas podem estar submetidos ao sistema da organização Internacional Summer Institut of Linguists, norte-americano, que se utiliza do "Bilinguismo de Transição" para alfabetizá-los. O sistema obedece a três fases distintas: "Primeiro, diz a professora de Antropologia da USP, o índio aprende a ler e a escrever em sua própria língua (língua materna), com grafia criada pelo Summer. Uma vez dominada a língua materna, está o indígena pronto para aprender a língua nacional do País onde o Summer estiver atuando. Aprendida língua nacional, uma Bíblia lhe será graciosamente cedida". O Summer Institut tem objetivos claros: ensina a ler com a intenção de formar monitores indígenas que induzem seu povo a ler a Bíblia. "Jamais esta forma de educar teve o propósito de fortalecer a língua do índio", denuncia a antropóloga.

Em 1977, o Summer "foi expulso das áreas indígenas", sob acusação de "exploração ilegal de minérios" e o convento dele, assinado com a FUNAI, foi desfeito.

Um dos objetivos da Comissão Pró-Índio, fundada em 1978, é o de "fiscalizar a política oficial" como entidade civil de apoio à causa indígena que é. "A Questão da Emancipação Indígena" e "A Questão da Terra", são os dois volumes já publicados pela Comissão. O terceiro volume, que trata da questão da educação, a ser publicado, está dividido em três partes.

A primeira contém síntese do Encontro Nacional de Trabalho Sobre a Educação do Índio, realizado em São Paulo, em 1979, promovido pela Comissão Pró-Índio, para discutir, baseado em tema central "Educação e Direitos dos Índios", o modo como a educação "pode se constituir num espaço para seus anseios e interesses". Nesta primeira parte ainda estão relacionados resumos de debates e documento final, que traz sugestões para o problema.

"O objetivo do Encontro foi o da troca de experiências concretas com os 53 participantes, sobre o trabalho desenvolvido em diferentes regiões do País, com grupos em condições adversas". Dele participaram professores, linguistas, antropólogos, sociólogos, médicos e advogados de todo o País, abrangendo vinte e cinco instituições e entidades de apoio a causa indígena, além de missões, pastorais, museus e universidades.

"Ficou evidenciada mais uma vez, a impossibilidade de se encaminhar a questão da educação sem colocá-la no contexto mais global do modelo político-econômico vigente no Brasil", diz um trecho do documento. "A política indigenista oficial é parte integrante desse modelo e tem servido, sistematicamente, como instrumento de dominação e destruição dos povos indígenas", diz o trecho a seguir. O documento traz, ao final, três sugestões dos participantes, exigindo, a princípio, que "a voz do índio seja ouvida e respeitada na decisão de seu próprio destino; enfatiza, ainda, pedindo "a luta pelo reconhecimento da especificidade da educação indígena"; e termina dando apoio "a toda e qualquer iniciativa organizada pelos povos indígenas, na defesa de seus mais legítimos direitos".

A segunda parte, reúne artigos sobre a alfabetização indígena e a terceira, oferece fontes para uma reflexão sobre a educação indígena, apresentando seleção de títulos de tudo o que foi publicado no Brasil, nos últimos dez anos, sobre o assunto — um número aproximado de cinquenta itens.

ÍNDIO X EDUCAÇÃO

Alguns grupos indígenas, como os Xavantes e Bororos, do Alto Rio Negro, "são revoltados por não terem aprendido a falar a própria língua, alfabetizados que foram pelos Salesianos", diz a antropóloga, que elaborou "a obra coletiva" sobre a educação indígena. Mas a alfabetização "não se faz na língua indígena, por ser ela uma língua apenas oral, sem representação gráfica", defende Maria Elisa Ladeira, do Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo. "Apesar de um veículo de defesa e de só fazer sentido dentro do contexto político vigente", esta é uma posição bastante defendida no Brasil e no Exterior. E o argumento mais usado para justificá-la é o de que "a língua falada e escrita amplia a capacidade de expressão". Enquanto isso é discutido e a FUNAI se "caracteriza por um profundo desconhecimento do índio", a educação mantém-se controversa. Os professores dos postos, por sua vez, recebem salários mensais de Cr\$ 33.000,00, "por três períodos de aulas", obrigados que estão a inevitáveis e inusitadas adaptações do sistema de alfabetização, aos mais variados hábitos indígenas...

Em favor da formação antropológica prática desses professores, a FUNAI promoveu "oito cursos de três meses cada, até 1979", diz a antropóloga. Formava técnicos indigenistas, com conhecimentos básicos de mecânica, primeiros socorros, agricultura, pecuária e antropologia. Abria vagas anualmente e exigia curso Colégio completo. Hoje, muitos deles não têm formação primária completa, queixa-se Aracy Lopes, da USP.